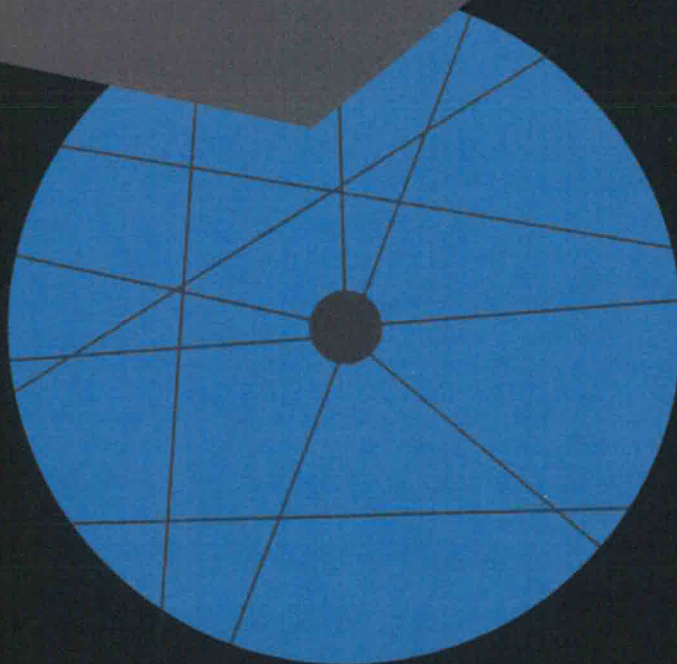


RELATÓRIO
& CONTAS
2014



WE'LL BE THERE



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Exas.
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.



1

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1. Mundo

A **economia mundial** cresceu 3,3%¹ em 2014, significativamente abaixo do ritmo de expansão médio registado antes da crise (4,3%)². As previsões de crescimento foram sendo sucessivamente revistas em baixa ao longo do ano, recordando que muitos dos desequilíbrios que conduziram à crise de 2008/2009 ainda não estão completamente resolvidos no plano global.

Na **zona euro**, a economia continuou anémica (0,8%), afetada negativamente pela continuação dos processos de ajustamento em vários países e pela incerteza que continua a limitar o investimento, a par do aumento das tensões geopolíticas com a Rússia. Em particular, o crescimento na Alemanha, França e Itália foi frágil, enquanto na periferia, nomeadamente Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, a retoma foi ganhando força à medida que os meses passavam.

A atividade económica nos **EUA** voltou a crescer confortavelmente acima da barreira dos 2%, à medida que a procura interna se expandiu, arrastada pelo consumo privado (2,5%), que continua a beneficiar da forte criação de emprego que fez cair a taxa de desemprego para níveis próximos do pleno emprego (6,2%). A economia americana continua a surpreender positivamente num contexto em que os principais desequilíbrios que conduziram o país à crise financeira se vão diluindo.

Nas **economias emergentes**, o crescimento manteve-se forte (4,4%), ainda que dececionante face à década passada (6,5%), com divergências muito acentuadas entre países. Destacaram-se pela negativa, ainda que por motivos distintos, a África do Sul, a Rússia e o Brasil, e mesmo a China, que tem sido um dos países que mais contribui para o crescimento mundial, voltou a desacelerar, estabilizando em torno dos 7%.

¹ Taxa de crescimento real.

² Taxa de crescimento média de 2000 a 2008.

1.2. Portugal

Em **Portugal**, o ano ficou inevitavelmente marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a Troika em 2011. Durante o período de execução, registaram-se assinaláveis progressos na correção dos problemas que afetavam a economia e foram implementadas importantes reformas estruturais em diversas áreas.

Estes desenvolvimentos permitiram à economia voltar a crescer e fortalecer a credibilidade do país junto dos mercados financeiros internacionais.

A procura doméstica foi efetivamente o motor da economia no ano transato, com o consumo privado (2,1%) a liderar a retoma e o investimento a inverter a tendência decrescente dos últimos anos. O consumo das famílias foi, aliás, a rúbrica que mais contribuiu para o crescimento do PIB, suportado por melhorias significativas no mercado de trabalho, pelo aumento da confiança das famílias.

Os consumidores privilegiaram a reposição de bens duradouros (16%)³, nomeadamente automóveis (34,8%)⁴, que tinham sofrido os maiores cortes durante o ajustamento, enquanto que o consumo de bens alimentares caiu (-0,1%) em termos reais.

O contributo negativo da procura externa explica-se, por um lado, por um comportamento algo dececionante das exportações (3,8%), para o qual contribuiu de forma relevante o encerramento temporário da refinaria de Sines, por outro, as importações registaram um aumento acima do esperado (5,9%), refletindo a retoma mais acentuada da procura interna.

³ Crescimento real, acumulado no ano de 2014 até ao 3º trimestre.

⁴ Veículos ligeiros de passageiros.

EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pelo ISP, o sector segurador alcançou um volume de receitas na ordem dos 13,5 mil milhões de euros, cerca de 10,1% acima do valor de 2013.

Estes resultados devem-se à produção do ramo Vida que registou um crescimento de 13,8% em 2014, ascendendo a 10,3 mil milhões de euros enquanto que no ramo Não Vida o volume de receitas diminuiu ligeiramente em cerca de 0,1%, apresentando um valor de 3,3 mil milhões de euros.

Particularmente acentuadas foram as quedas no ramo Automóvel com menos 1,7%, devido à conjuntura macroeconómica, mas também à pressão concorrencial entre os operadores que tem condicionado as tarifas e os prémios médios. De notar que de 2012 para 2013 a queda do ramos Automóvel se tinha cifrado em 7,4% pelo que 2014 representa uma queda no ritmo de perda que se vinha a verificar. O segmento Automóvel representou em 2014 37,6% do total da produção do ramo Não Vida.

Em contraste, os seguros do ramo Doença e Acidentes de Trabalho tiveram uma evolução positiva com um crescimento em 2014 de 2,8% e 1,2% respectivamente.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 2014

Apostando numa estratégia de diferenciação, a MDS tem-se afirmado como líder incontestável do mercado da corretagem de seguros e gestão de risco em Portugal, assumindo uma posição de referência no setor segurador.

O ano de 2014 ficou marcado pelo assinalar de 30 anos de atividade em Portugal e pela manutenção da posição incontestável da MDS como líder no setor da corretagem.

Ao longo destes 30 anos, a nossa atuação tem sido marcada por uma clara aposta na Inovação refletindo-se nas grandes linhas orientadoras: a perspetiva internacional, a aposta constante na criação de novas soluções e produtos, o conhecimento como recurso central e criador de valor, e o investimento em tecnologia como força potenciadora da nossa atividade. Um percurso que se traduziu no desenvolvimento de uma marca sólida e reputada.

De assinalar a expansão ao nível de empresas, linhas de negócios, produtos e soluções disponibilizadas e a licença de atuação à MDS RE, corretor de resseguro.

3.1. Criação de novas Soluções e Serviços

A MDS tem consistentemente antecipado as tendências do setor e as expectativas do cliente, desenvolvendo soluções inovadoras, apoiadas num serviço diferenciador.

MDS Partners

No seguimento da estratégia da MDS de diversificação dos canais de distribuição, nomeadamente no que se refere aos agentes de seguros, o grupo consolidou o seu investimento através da aquisição de 70% da ACCIVE já no início de 2015.

O desenvolvimento da atividade da ACCIVE, que contava com uma rede de mais de 60 agentes e uma carteira de cerca de 5 milhões de euros em prémios, é potenciado pela estreita parceria com os restantes acionistas. A colaboração com o grupo MDS veio permitir o aproveitamento de sinergias, tanto em termos de atividades complementares, como da ampliação da base de clientes.

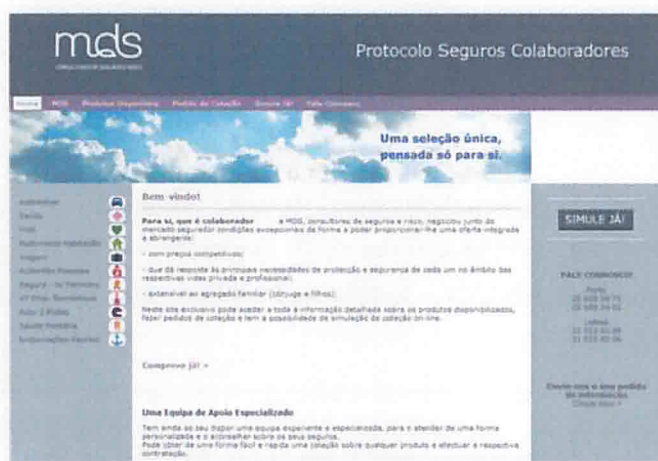
M. J.

[Handwritten signature]

Como resultado da operação, a MDS Partners passa a gerir uma carteira de 17 milhões de euros, alargando claramente a sua cobertura geográfica, e passando a ter capacidade acrescida para dar resposta às expetativas de um grupo mais diversificado de clientes.

Protocolos para Colaboradores

2014 ficou ainda marcado pelo lançamento e renovação de inúmeros Protocolos para Colaboradores, revelando o dinamismo desta área de negócio e a excelente aceitação por parte dos clientes de diferentes setores da economia.



Brand Insurance

A área de Brand Insurance tem mantido uma tendência de forte crescimento, com a conquista de vários clientes e lançamento de inovadores produtos.

Seguros Continente

A Seguros Continente demonstrou um forte dinamismo e lançou ao longo do ano diversas e inovadoras campanhas, permitindo o alargamento da base de clientes.

3.2. Conhecimento

a. Formação - na área da formação, entre as ações realizadas pela MLearning destacamos:

- London Market Training que, nas várias edições que decorreram ao longo do ano, contou com participantes oriundos de países como o Brasil, Angola, Suíça, Espanha e Portugal. Estas ações abordaram Riscos de Pessoas e Patrimoniais.
- Assessoria na preparação e realização de um programa de formação sobre o Direito de Seguros em Portugal a pedido do Lloyd's Iberia.
- A MLearning levou a cabo o Programa "Desenvolvimento de Competências em Risco e Seguros", customizado para vários clientes angolanos.
- Foram ainda efetuadas várias ações formativas junto de clientes.

b. Conferências e Seminários

Encontros MDS e TW | Employee Benefits – Gestão de Benefícios num Mercado Global.

Com a presença de mais de 130 participantes representando cerca de 70 empresas, realizou-se no dia 27 de março em Lisboa a Conferência Employee Benefits – Gestão de Benefícios num Mercado Global.

MDS Talks'

Realizou-se a 3ª edição do MDS Talks', com a participação de personalidades dos mais diversos quadrantes da sociedade nacional e internacional.

O orador convidado foi Devadas Krishnadas, reputado consultor, comentador político, conferencista - e principal orador na última Conferência Anual da Brokerslink em Singapura - projetou o futuro da poderosa e intrigante economia e política chinesa.

Universidade Católica de Lisboa - Business and Personal Life in a Global World: Perspectives".

A Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, em colaboração com a MDS, juntamente com a École Nationale de Commerce de Paris, realizou um seminário que juntou alunos e professores da École Nationale de Commerce de Paris.

Congresso Direito de Seguros

A Associação Internacional de Direitos dos Seguros (AIDA) realizou o I Congresso de Direito dos Seguros, um evento de alto nível, onde se debateram vários temas importantes de direito institucional dos seguros, tendo a MDS sido responsável pela organização de um dos painéis, sobre Responsabilidade Ambiental.

3.3. Tecnologia

Portal MDS Partners | Área Reservada

Foi concluído o Portal MDS Partners - uma intranet desenvolvida para os Agentes MDS que pretende contribuir para o aumento dos níveis de desempenho e satisfação da Rede de Partners.

HighDome lança site

Este meio de comunicação assume cada vez mais importância nos dias que correm e com o desenvolvimento de um site próprio a HighDome PCC reforça a sua estratégia de comunicação.

3.4. Notoriedade

Fullcover

Em 2014 a MDS lançou mais uma edição da Fullcover, a revista do Grupo MDS. Muito apreciada interna e externamente, nacional e internacionalmente, a Fullcover continua a reforçar e a deixar clara a qualidade, competência e potencial de comunicação da MDS. O alcance da Fullcover é assumidamente mundial e ajuda a colocar-nos entre os principais players do setor.

Media e Publicidade

Ao longo de 2014 a MDS marcou uma forte presença nos media, nacionais e internacionais, através de artigos ou de anúncios. Destacamos a estreia do novo anúncio da MDS Angola no Especial Quem é Quem nos Corretores de Seguros. Reforçando assim a afirmação da MDS neste território, promovendo o apoio às empresas portuguesas no seu processo de internacionalização.

Mecenato e Patrocínios

A MDS tem apoiado as artes, a cultura, o desporto, bem como causas sociais.

MDS torna-se membro da IEBA

A MDS tornou-se membro da IEBA – *International Employee Benefits Association* – associação que reúne cerca de 700 *brokers*, seguradores, consultores e *multinational pools* de todo o mundo, e que tem como missão promover a formação e partilha de conhecimento e a divulgação de oportunidades de desenvolvimento profissional na área dos Employee Benefits.

MDS na Best's Review

A prestigiada revista Best's Review apresenta na sua edição de julho o ranking dos maiores brokers a nível mundial (Top Global Insurance Brokers).

É com enorme satisfação que vemos o Grupo MDS referido neste artigo – um sinal claro da nossa visibilidade a nível internacional e do crescente reconhecimento do mercado.

3.5. Pessoas

2014 foi marcado por uma forte aposta no desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores. Para além das inúmeras ações de formações, destacamos o projeto Ser MDS que contou com a participação de todos os colaboradores. Esta iniciativa teve como objetivo alinhar os valores da empresa, o que representam entre nós e para com os nossos clientes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Apesar do contexto pouco favorável, anteriormente descrito, da economia nacional e europeia e do setor segurador a performance económico-financeira da MDS melhorou consideravelmente relativamente a 2013 tendo alcançado um volume de negócios 19,5 milhões de euros, um crescimento de 19,3% face a 2013, tendo o EBITDA (resultado antes de amortizações, gastos de financiamento e impostos) melhorado em 219 mil euros para um valor de 2,321 milhões de euros.

O contributo do mercado nacional para o volume de negócios da empresa registou um crescimento de 22,4% para 19 milhões de euros tendo a componente internacional do negócio contribuído com 554 mil euros.

A MDS manteve a sua carteira de prémios cobrados acima do marco dos 128 milhões de euros, o que reforça o lugar de liderança da empresa no cômputo das empresas corretoras de seguros do mercado nacional.

Do ponto de vista financeiro, a empresa gerou um fluxo de caixa operacional de 4,071 milhões de euros, cerca de 2 milhões de euros melhor do que no ano anterior, tendo reduzido a sua dívida líquida em cerca de 3,2 milhões de euros.

Apesar do contexto adverso em que a economia nacional se encontra, a MDS continua empenhada quer no reforço da sua estrutura comercial quer no desenvolvimento de competências associadas à gestão dos processos administrativos do negócio, quer da sua estratégia de crescimento/consolidação da sua posição cimeira no mercado nacional. A MDS continua empenhada em estar na linha da frente nos processos de negócio tendo continuado o processo iniciado em 2012 de investimento em software de gestão de negócio e de relacionamento com os seus clientes e parceiros onde fez um investimento adicional em 2014 de 872 mil euros o que faz com que nestes últimos dois anos tenha investido cerca de 1,8 milhões de euros.

A política da MDS - Corretor de Seguros S.A., em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do laneamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a

que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS.

5

RESULTADOS 2014 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2014, a MDS obteve um resultado líquido positivo 754.074,79 euros (setecentos e cinquenta e quatro mil setenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos), o qual propõe que seja transferido da seguinte forma:

- Reserva Legal	€ 37.703,74
- Resultados transitados	€ 716.371,05

PERSPETIVAS 2015

A incerteza que caracteriza o enquadramento macroeconómico futuro suscita por parte da MDS uma atuação resiliente, conservadora e focada. A interligação permanente com o cliente e a prestação de um serviço de qualidade será acompanhada por programas de formação dos colaboradores que sejam dinamizadores de melhoria de produtividade e eficiência.

Os objetivos estratégicos estão traçados, são conhecidos pela organização e pelo mercado e passam pela consolidação da sua posição de destaque no mercado de seguros, através da inovação, da especialização e da sua presença internacional, fomentada pela sua inserção num Grupo atuante em várias geografias e na BrokersLink.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A MDS agradece o apoio dos clientes, que vêem na MDS o seu parceiro de negócio; dos colaboradores e de todos aqueles que de forma empenhada e cooperante contribuem diariamente para a concretização dos objetivos; dos acionistas, pelo apoio, investimento e confiança demonstrada no futuro; das empresas de seguros, pelo espírito de cooperação e parceria e da Assembleia Geral e Fiscal Único pela disponibilidade e dedicação em cada momento.

Porto, 31 de Julho de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



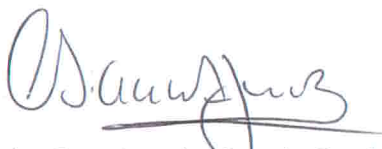
(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



(Maria Paula Correia Rios)



(Jacqueline Irene Marie Rochet Legrand)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

MDS Corretor de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 2º - 4100-130 Porto

Capital Social 1.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 469 460

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2014

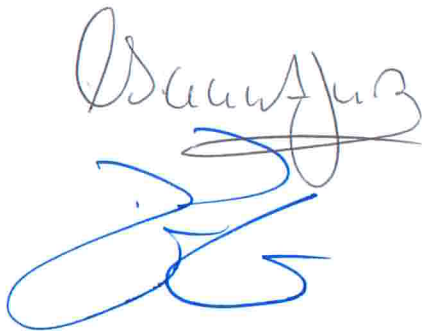
DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos Acionistas abaixo relacionados, que:

- A MDS, SGPS, SA, possui 200.000 ações, representativas de 100 % do capital social.

O Conselho de Administração,



MDS Corretor de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes expressos em euros)

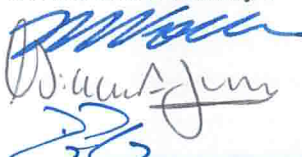
ATIVO	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	1.336.879,04	1.870.579,34
Ativos intangíveis	6	3.883.343,32	3.977.007,70
Goodwill	7	7.405.654,87	7.405.654,87
Participações financeiras - outros métodos	8	2.787.835,18	2.787.835,18
Ativos por impostos diferidos	9	132.619,98	170.467,58
Total de Ativos não correntes		15.546.332,39	16.211.544,67
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	317.746,83	386.045,31
Estado e outros entes públicos	17	162,35	1,63
Outras contas a receber	11	4.049.138,06	4.504.086,78
Diferimentos	12	709.811,99	682.979,76
Caixa e depósitos bancários	4	5.679.787,50	4.016.856,45
Total de Ativos correntes		10.756.646,73	9.589.969,93
TOTAL DO ATIVO		26.302.979,12	25.801.514,60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	1.000.000,00	1.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	4.890.000,00	4.890.000,00
Reserva legal	13	145.562,69	133.870,12
Outras reservas		2.879.434,68	2.657.275,80
Excedentes de revalorização		1.091,93	1.091,93
Outros rendimentos integrais		(25.416,00)	-
Resultado líquido do exercício		754.074,79	233.851,45
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		9.644.748,09	8.916.089,30
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	19	5.771.352,61	7.025.352,61
Financiamentos obtidos	19	36.789,46	282.228,79
Passivos por impostos diferidos	15	291.414,25	356.982,46
Outros passivos não correntes	14	77.880,32	146.412,78
Total de passivos não correntes		6.177.436,64	7.810.976,64
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	16	1.899.364,86	1.652.712,20
Estado e outros entes públicos	17	319.204,96	239.465,63
Acionistas	18	1.062.613,84	839.740,18
Financiamentos obtidos	19	29.193,84	290.318,76
Outros contas a pagar	20	6.961.471,68	6.050.117,59
Diferimentos	12	182.045,21	2.094,30
Provisões	26	26.900,00	-
Total de passivos correntes		10.480.794,39	9.074.448,66
TOTAL DO PASSIVO		16.658.231,03	16.885.425,30
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		26.302.979,12	25.801.514,60

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




MDS Corretor de Seguros, SA

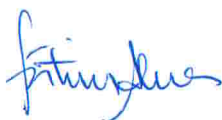
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

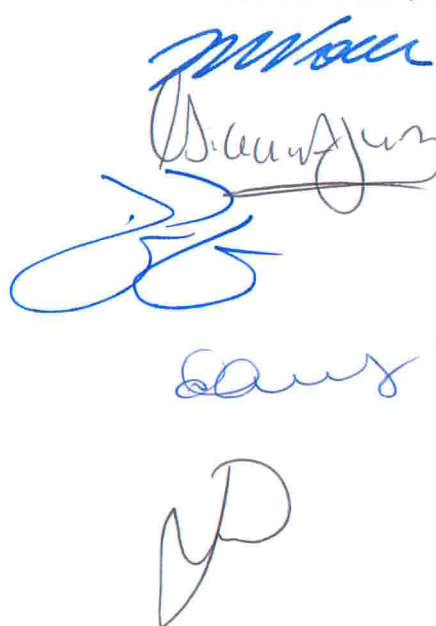
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Vendas e prestações de serviços	24 e 32	19.534.328,87	16.374.523,99
Fornecimentos e serviços externos	21, 25 e 32	(10.636.354,26)	(8.942.477,83)
Gastos com o pessoal	26	(6.484.540,49)	(5.605.121,73)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	27	-	18.639,72
Provisões	26	(26.900,00)	-
Outros rendimentos e ganhos	28 e 32	716.274,86	1.041.966,44
Outros gastos e perdas	29	(781.882,99)	(785.595,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>2.320.925,99</u>	<u>2.101.934,89</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.257.129,23)	(1.295.124,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>1.063.796,76</u>	<u>806.810,26</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	30 e 32	16.205,44	27.776,91
Juros e gastos similares suportados	30 e 32	(272.926,68)	(280.309,31)
Resultado antes de impostos		<u>807.075,52</u>	<u>554.277,86</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	(53.000,73)	(320.426,41)
Resultado líquido do exercício		<u>754.074,79</u>	<u>233.851,45</u>
Resultados por ação básico		<u>3,77</u>	<u>1,17</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Outros rendimentos integrais	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	1	1.000.000,00	4.890.000,00	133.870,12	2.791.389,61	1.091,93	-	(134.113,81)	8.682.237,85
Alterações no exercício									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	(134.113,81)	-	-	134.113,81	-
Resultado líquido do exercício	3	-	-	-	(134.113,81)	-	-	134.113,81	-
Resultado integral	4=2+3	-	-	-	-	-	-	233.851,45	233.851,45
Operações com detentores de capital no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6=1+2+3+5	1.000.000,00	4.890.000,00	133.870,12	2.657.275,80	1.091,93	-	233.851,45	8.916.089,30
Alterações no exercício									
Rendimento integral	1	1.000.000,00	4.890.000,00	133.870,12	2.657.275,80	1.091,93	-	233.851,45	8.916.089,30
Resultado líquido do exercício	2	-	-	11.692,57	222.158,88	-	(25.416,00)	(233.851,45)	(25.416,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3	-	-	11.692,57	222.158,88	-	-	(233.851,45)	(25.416,00)
	6=1+2+3+5	1.000.000,00	4.890.000,00	145.562,69	2.879.434,68	1.091,93	-	754.074,79	9.644.748,09

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

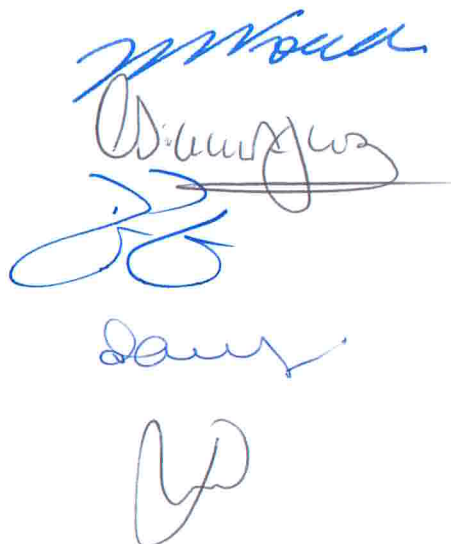
	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		20.130.840,67	12.506.691,46
Pagamentos a fornecedores		(9.720.397,81)	(5.645.390,00)
Pagamentos ao pessoal		(6.245.024,49)	(5.445.689,56)
Caixa gerada pelas operações		4.165.418,37	1.415.611,90
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		142.152,32	(86.394,55)
Outros recebimentos / pagamentos		(235.595,42)	670.665,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.071.975,27	1.999.882,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
ativos fixos tangíveis		(111.485,17)	(349.586,87)
ativos intangíveis		(581.316,74)	(951.988,54)
Recebimentos provenientes de:			
ativos fixos tangíveis		18.000,00	500,00
Juros e rendimentos similares		16.105,29	27.776,91
Dividendos		100,15	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(658.596,47)	(1.273.298,50)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3.586.000,00	26.710,66
Outras operações de financiamento		-	1.643.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5.071.710,66)	(711.000,00)
Juros e gastos similares		(264.737,09)	(287.414,62)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.750.447,75)	671.296,04
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1) + (2) + (3)		1.662.931,05	1.397.879,89
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	4.016.856,45	2.618.976,56
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5.679.787,50	4.016.856,45

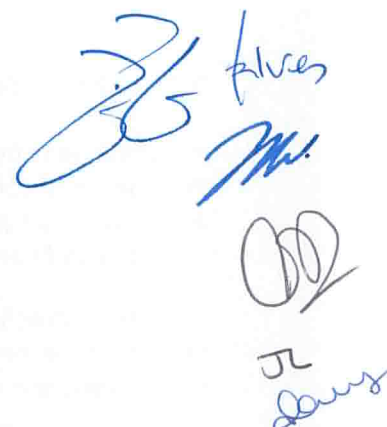
O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





MDS Corretor de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS - Corretor de Seguros, SA ("Empresa" ou "MDS"), é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 1984 tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções (instalações)	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	12,5 e 33,33
Outros activos fixos tangíveis	12,5

As perdas por imparidade identificadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem e que se situam em cerca de 12 anos.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 15 anos, e registadas por contrapartida da rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados.

3.2.3 Goodwill

Durante o exercício de 2006, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado as suas filiais Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda gerando um goodwill com essa operação.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado a subsidiária Polinsur – Mediação de Seguros, Lda, a qual também gerou goodwill.

O valor de goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no plano de negócio utilizado pela gestão. As perdas de imparidade do goodwill constatadas no exercício são registadas como gasto na demonstração de resultados do exercício. As perdas por imparidade relativas ao goodwill não são revertíveis.

3.2.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações

operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como ganhos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

3.2.7 Investimentos em Empresas do Grupo ou Associadas

Os investimentos em partes de capital controladas por empresas do grupo mas em que a Empresa, individualmente, não tem capacidade de exercício de influência significativa ou controlo, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em partes de capital para os quais a Empresa tem capacidade de exercício de influência significativa e controlo são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MDS no resultado integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas do grupo, por contrapartida do resultado integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa do grupo na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill (Nota 3.2.3) e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Os restantes investimentos, nomeadamente efetuados em fundos de investimento, são registados pelo seu justo valor através de resultados determinado de acordo com a sua cotação de mercado.

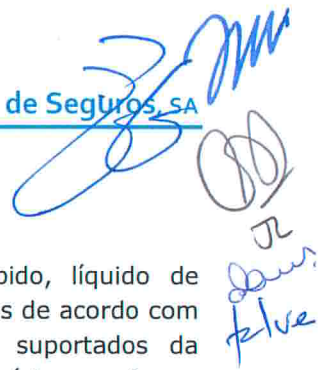
3.2.8 Instrumentos financeiros

3.2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.



3.2.8.2 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica juros e gastos similares suportados da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.2.12. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

3.2.8.3 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

3.2.8.4 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.8.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.8.6 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A

reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial).

3.2.8.7 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor da empresa seguradora ou do cliente, respetivamente. Em determinadas circunstâncias a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.8.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro.

3.2.10 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas do balanço em acionistas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.12 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.2.13 Plano complementar de reforma

As empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006), assumiram, respetivamente, em 1993 e 1992, compromissos de complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus colaboradores.

Os compromissos encontram-se assumidos através de um contrato de seguro na Companhia de Seguros Ocidental (no caso da Unibroker Corretores de Seguros, SA) e pela participação num Fundo

de Pensões Becim, incorporado e gerido pelo Fundo de Pensões Aberto do BPI (no caso da Becim Corretora de Seguros, Lda).

A Empresa adota como política contabilística, para o reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios definidos na NCRF 28 – Benefícios dos empregados, obtendo anualmente os estudos e cálculos atuariais dos Fundos em causa (Nota 22). Tais benefícios dos empregados configuram planos de benefícios definidos nos termos da referida norma, sendo que todos de juros e os custos por serviços prestados são registados na demonstração de resultados e todas as variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais registadas em capital próprio.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do goodwill, de investimentos em empresas do grupo e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis, nomeadamente o valor afeto à carteira de cliente;
- c) Registo de imparidades ao valor do ativo;
- d) Registo de provisões.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Numerário	18.419,19	18.427,50
Depósitos bancários	5.661.368,31	3.998.428,95
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>5.679.787,50</u>	<u>4.016.856,45</u>

Dos montantes acima referidos, aproximadamente, 4,8 milhões de Euros correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (3,6 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2013). Face ao anteriormente exposto a MDS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes ao nível do Grupo MDS.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	166.656,44	650.335,73	1.419.818,03	80.606,72	2.203.864,11	19.400,87	-	4.540.681,90
Aquisições	-	-	238.865,32	-	10.231,79	-	36.427,07	285.524,18
Diminuições	-	-	-	(15.000,00)	-	-	-	(15.000,00)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	166.656,44	650.335,73	1.658.683,35	65.606,72	2.214.095,90	19.400,87	36.427,07	4.811.206,08
Aumentos	-	-	62,49	-	12.653,70	-	45.811,58	58.527,77
Diminuições	(81.237,30)	(243.711,91)	-	(47.442,99)	-	-	-	(372.392,20)
Transferências / abates	-	-	8.533,13	-	7.749,00	-	(16.282,13)	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	85.419,14	406.623,82	1.667.278,97	18.163,73	2.234.498,60	19.400,87	65.956,52	4.497.341,65
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	-	215.951,73	474.012,60	76.065,78	1.760.201,88	16.889,52	-	2.543.121,51
Aumentos	-	20.122,16	177.717,34	4.540,94	208.624,17	1.500,62	-	412.505,23
Diminuições	-	-	-	(15.000,00)	-	-	-	(15.000,00)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	-	236.073,89	651.729,94	65.606,72	1.968.826,05	18.390,14	-	2.940.626,74
Aumentos	-	5.290,34	203.028,00	0,01	82.583,65	748,06	-	291.650,06
Diminuições	-	(24.371,20)	-	(47.442,99)	-	-	-	(71.814,19)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	-	216.993,03	854.757,94	18.163,74	2.051.409,70	19.138,20	-	3.160.462,61
Valor líquido								
A 31 de Dezembro de 2013	166.656,44	414.261,84	1.006.953,41	-	245.269,85	1.010,73	36.427,07	1.870.579,34
A 31 de Dezembro de 2014	85.419,14	189.630,79	812.521,03	-	183.088,90	262,67	65.956,52	1.336.879,04

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	1.954.734,67	3.872.923,65	113.211,96	5.940.870,28
Aumentos	-	2.447,70	923.757,30	926.205,00
Transferências / abates	-	246.350,33	(246.350,33)	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	1.954.734,67	4.121.721,68	790.618,93	6.867.075,28
Aumentos	-	851.113,89	20.700,90	871.814,79
Transferências / abates	-	790.618,93	(790.618,93)	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	1.954.734,67	5.763.454,50	20.700,90	7.738.890,07
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	335.737,04	1.671.711,14	-	2.007.448,18
Aumentos	161.926,38	720.693,02	-	882.619,40
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	497.663,42	2.392.404,16	-	2.890.067,58
Aumentos	161.896,80	803.582,37	-	965.479,17
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	659.560,22	3.195.986,53	-	3.855.546,75
Valor líquido				
A 31 de Dezembro de 2013	1.457.071,25	1.729.317,52	790.618,93	3.977.007,70
A 31 de Dezembro de 2014	1.295.174,45	2.567.467,97	20.700,90	3.883.343,32

Os aumentos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são constituídos fundamentalmente por investimentos no desenvolvimento de um novo software operacional, relativo à gestão de carteiras e de prémios da Empresa e na elaboração de um novo portal de interacção com os clientes da Empresa.

7 GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Goodwill" não registou movimentos.

A MDS efetua testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a MDS procedeu à análise de imparidade de goodwill, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2014 e 2013.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos.

O valor de goodwill gerado em Portugal, foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efetuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros pode ser analisada como segue:

	2014	2013
Taxa de crescimento média do volume de negócios durante o período projectado	1%	1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2%	1%
Taxa de desconto utilizada	7,34%	10,72% - 8,93%

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	31.Dezembro.2014					Total
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	
<u>Outras empresas do Grupo</u>						
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,53%	2.907.391,18	-	-	-	2.907.391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	-	5,00
Valor bruto		2.907.396,18	-	-	-	2.907.396,18
Perdas por imparidade		119.561,00	-	-	-	119.561,00
Valor líquido		2.787.835,18	-	-	-	2.787.835,18
	31.Dezembro.2013					Total
% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial		
<u>Outras empresas do Grupo</u>						
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,53%	2.907.391,18	-	-	-	2.907.391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	-	5,00
Valor bruto		2.907.396,18	-	-	-	2.907.396,18
Perdas por imparidade		119.561,00	-	-	-	119.561,00
Valor líquido		2.787.835,18	-	-	-	2.787.835,18

Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

Foi efetuada uma avaliação do investimento financeiro na Lazam – MDS Brasil – Consultores de Seguros de Risco de forma a determinar a existência ou não de imparidade.

A avaliação foi efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados, de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Os principais pressupostos utilizados para a valorização deste investimento podem ser detalhados como segue:

	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento médio anual do volume de negócios (em termos médios)	Taxa de desconto utilizada
Lazam	4%	10% a 14,76%	15,14%

9 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava essencialmente: (i) perdas de imparidade de contas a receber não aceites fiscalmente e (ii) prémios diferidos baseados em ações.

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Perdas por imparidade de contas a receber	323.846,18	448.920,33
Prémios diferidos baseados em acções	238.675,97	240.788,68
Outros	26.899,98	6.077,03
	<u>589.422,13</u>	<u>695.786,04</u>
Taxa	22,5%	24,5%
Impostos diferidos activos	<u>132.619,98</u>	<u>170.467,58</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como se segue:

	Impostos diferidos activos 31.Dezembro.2014	Impostos diferidos activos 31.Dezembro.2013
Saldo inicial	170.467,58	142.692,08
Efeito em resultados:		
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites	(37.120,09)	(10.226,30)
Prémios diferidos baseados em acções	(6.307,72)	38.550,99
Outros	5.580,21	(549,19)
	<u>(37.847,60)</u>	<u>27.775,50</u>
Saldo final	<u>132.619,98</u>	<u>170.467,58</u>

10 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, é o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Clientes correntes	343.841,83	412.140,31
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	(26.095,00)	(26.095,00)
	<u>317.746,83</u>	<u>386.045,31</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro 2014 e 2013, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Não vencido	81.049,46	41.169,91
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	181.025,90	265.780,31
30 - 90 dias	51.539,08	33.211,67
+ 90 dias	4.132,39	45.883,42
Vencido mas com registo de imparidade		
+ 360 dias	26.095,00	26.095,00
	<u>343.841,83</u>	<u>412.140,31</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	<u>(26.095,00)</u>	<u>(26.095,00)</u>
	<u>317.746,83</u>	<u>386.045,31</u>

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	405.438,22	298.129,97
Comissões a receber de seguradoras	2.287.144,22	1.616.985,53
Outros	243.139,54	418.222,70
	<u>2.935.721,98</u>	<u>2.333.338,20</u>
Outras dívidas de terceiros		
Fornecedores c/c - saldos devedores	81.132,46	135.297,47
Outros devedores		
Partes relacionadas	304.396,51	229.359,56
Seguradoras	814.653,55	1.599.243,37
Tomadores de seguros	-	428.043,93
Colaboradores	46.207,91	11.014,23
Outros	172.029,15	197.867,68
	<u>1.418.419,58</u>	<u>2.600.826,24</u>
Perdas por Imparidade (Nota 27)	<u>(305.003,50)</u>	<u>(430.077,66)</u>
Outras dívidas de terceiros	<u>1.113.416,08</u>	<u>2.170.748,58</u>
	<u>4.049.138,06</u>	<u>4.504.086,78</u>

12 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Valores devedores		
Seguros	60.392,43	44.868,53
Fornecimentos e serviços externos	252.145,14	258.166,23
Benefícios reforma (Nota 22)	377.430,00	379.945,00
Outros	19.844,42	-
	<u>709.811,99</u>	<u>682.979,76</u>
Valores credores		
Prestação de serviços	182.045,21	2.094,30
	<u>182.045,21</u>	<u>2.094,30</u>

13 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 200.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a MDS, SGPS, SA detinha 100% das ações representativas do capital social da Empresa.

O valor incluído na rubrica Outros instrumentos de capital corresponde a Prestações acessórias constituídas durante o exercício de 2010 na sequência de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

14 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o montante registado nesta rubrica corresponde a responsabilidades por pagamentos baseados em ações.

15 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 o detalhe de passivos por impostos diferidos é como se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Valor líquido das carteiras de clientes	1.295.174,45	1.457.071,26
	<u>1.295.174,45</u>	<u>1.457.071,26</u>
Taxa	22,5%	24,5%
Passivos por impostos diferidos	<u>291.414,25</u>	<u>356.982,46</u>

O movimento na rubrica de passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2014	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2013
Saldo inicial	356.982,46	429.026,53
Efeito em resultados:		
Amortizações da carteira de clientes	(65.568,21)	(72.044,07)
Saldo final	291.414,25	356.982,46

16 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de 1.899.364,86 Euros e 1.652.712,20 Euros, respetivamente, respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Valores devedores		
Outros Impostos	162,35	1,63
	162,35	1,63
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	100.442,62	22.774,08
Retenções na fonte	108.127,34	109.956,73
Contribuições para a Segurança Social	110.635,00	106.734,82
	319.204,96	239.465,63

A estimativa de IRC - Imposto sobre o rendimento, está relevada na rubrica acionistas (Nota 18), dado que a Empresa está incluída no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

18 ACIONISTAS

O montante de 1.062.613,54 Euros e 839.740,18 Euros registado nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respetivamente, corresponde ao montante a pagar à sociedade dominante relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (Nota 3.2.11 e 17).

19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

Não correntes	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Financiamentos de participantes de capital	5.771.352,61	7.025.352,61
Locações financeiras	36.789,46	282.228,79
	<u>5.808.142,07</u>	<u>7.307.581,40</u>
Correntes	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Financiamentos de participantes de capital	-	205.000,00
Locações financeiras	29.193,84	58.608,10
Descobertos bancários	-	26.710,66
	<u>29.193,84</u>	<u>290.318,76</u>

O montante dos financiamentos de participantes de capital acima referido são empréstimos obtidos da acionista MDS, SGPS, SA, os quais vencem juros a taxas de mercados e têm uma natureza de longo prazo (Nota 32).

O justo valor é considerado próximo do seu valor contabilístico tendo em consideração que ambos os financiamentos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor.

Os contratos de locação financeira respeitam à utilização de imóveis no âmbito da atividade comercial da MDS. O plano de pagamentos dos mesmos é detalhado como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
2014	-	58.608,10
2015	29.193,84	48.169,65
2016	29.193,84	48.246,25
2017	7.595,62	31.682,82
2018 e seguintes	-	154.130,07
	<u>65.983,30</u>	<u>340.836,89</u>

A alteração verificada nas locações financeiras está associada ao contrato de cedência de posição contratual, onde foi cedido um terreno e respetivo imóvel onde se encontravam os edifícios da antiga Polinsur.

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Fornecedores de investimentos	344.254,35	53.340,20
Clientes com saldo credor	29.744,31	46.031,00
Outros credores		
Seguradoras	2.678.110,12	3.756.976,09
Tomadores	826.170,32	-
Colaboradores	4.824,22	7.165,93
Agentes	5.052,16	49.217,34
Outros	26.041,21	35.817,26
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	1.393.529,14	798.253,31
Despesas com pessoal	1.400.990,25	1.059.174,78
Juros de empréstimos	252.339,14	244.141,68
Outros	416,46	-
	<u>6.961.471,68</u>	<u>6.050.117,59</u>

O montante registado na rubrica de outros credores corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da atividade normal da Empresa.

21 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional de imóveis, viaturas e outros equipamentos cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Vencíveis em:		
2015 renovável automaticamente	642.967,11	577.527,84
2015	313.740,12	274.792,99
2016	239.922,57	189.759,57
2017	162.636,80	136.220,04
2018	102.558,83	85.887,90
2019	22.088,10	41.388,39
	<u>1.483.913,54</u>	<u>1.305.576,73</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 878.517,7 Euros (981.976,47 Euros no exercício de 2013) relativo a contratos de locação operacional (Nota 25)

22 COMPLEMENTO DE PENSÕES DE REFORMA

A Empresa assumiu responsabilidades pelo pagamento de complementos de reforma aos colaboradores das empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006).

a) Fundo Autónomo em Companhia de Seguros (Fundo colaboradores Unibroker):

Os estudos atuariais desenvolvidos pela entidade independente Ocidental Vida, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Tábua de mortalidade	TV73/77	TV73/77
Taxa técnica de juros	4%	4%
Taxa de rendimento do fundo	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

A cobertura das responsabilidades da Empresa pelos ativos do seguro analisa-se como se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Responsabilidades por serviços passados	134.375,00	136.872,00
Valor do fundo afecto à cobertura das responsabilidades da empresa	237.440,00	224.753,00
Excesso / (insuficiência) de cobertura	103.065,00	87.881,00

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor estimado das responsabilidades totais relativamente aos colaboradores afetos ao fundo ascendia 237.440 Euros (207.841 Euros em 31 de Dezembro de 2013).

b) Fundo de Pensões aberto (Fundo colaboradores Becim):

Os estudos atuariais desenvolvidos pela entidade independente BPI, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	4,20%	4,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%

A cobertura das responsabilidades da Empresa pela parcela do Fundo analisa-se como se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Responsabilidades por serviços passados	222.792,50	189.676,00
Valor do fundo afecto à cobertura das responsabilidades da empresa	497.157,50	481.740,00
Excesso / (insuficiência) de cobertura	274.365,00	292.064,00

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor estimado das responsabilidades totais relativamente aos colaboradores afetos ao fundo ascendia a 497.157,50 Euros (326.194 Euros em 31 de Dezembro de 2013).

Os excessos de cobertura acima referidos encontram-se evidenciados no ativo, na rubrica de Diferimentos (Nota 12).

A variação positiva no excesso de cobertura do exercício de 2014 e 2013 ocorrida no Fundo dos colaboradores Becim e Unibrokers, nos montantes de 35.527 Euros e 175.901 Euros, respetivamente, foi registada em Outros rendimentos e ganhos (Nota 28).

As variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais, no montante de 25.416 Euros em 2014 encontram-se registadas na rubrica "Outro rendimento integral".

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a MDS tinha garantias prestadas de 597.443,33 Euros e 353.131,10 Euros, respetivamente, relativas ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, as quais são mantidas junto do Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") que por sua vez passou a designar-se Autoridade de supervisão de Seguros ("ASF") a 01 de janeiro de 2015.

Adicionalmente, a MDS mantinha uma garantia de 128.115,60 Euros associada ao contrato de arrendamento dos escritórios de Lisboa, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, e uma garantia de 1.999,28 Euros para cumprimento de condições de acesso a um concurso público.

Em 2012, foi também subscrita uma garantia de 410.526,23 Euros por processo fiscal relativo a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas do exercício fiscal de 2008, no montante de 321.783,08 Euros. A Empresa apresentou em 21 de Janeiro de 2013 uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo do Porto, com os seus argumentos, exigindo a anulação da liquidação de imposto. É entendimento do Conselho de Administração que deste processo não resultarão perdas para a Empresa, motivo pelo qual não foi registada qualquer provisão.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Empresa é ré em processos de natureza fiscal relativos a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas do exercício fiscal de 2008, no montante de 317.604,62 Euros. A Empresa apresentou em 8 de Abril de 2014 uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo do Porto, com os seus argumentos, exigindo a anulação da liquidação de imposto e para os quais não foi considerado qualquer passivo por ser do entendimento do Conselho de Administração que destes processos não resultarão quaisquer responsabilidades para a Empresa.

Foram efetuados pedidos de esclarecimentos relativos ao IRC dos períodos de 2010 e 2011, encontrando-se os processos a serem acompanhados pelo departamento fiscal e para os quais não é esperado que surja qualquer responsabilidade adicional para a Empresa.

24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2014 e 2013 por mercados geográficos e por natureza é a seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Comissões		
Nacionais	18.518.945,23	15.116.081,57
Internacionais	481.306,31	779.374,99
Fees		
Nacionais	392.980,11	290.883,33
Outros		
Nacionais	67.947,75	102.669,13
Internacionais	73.149,47	85.514,97
	<u>19.534.328,87</u>	<u>16.374.523,99</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 33 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 33)	17.298.699,82	15.120.999,42
Valor de rappel dotado e não recebido	405.438,22	137.726,28
Dotação / (anulação) comissões	814.807,19	(142.644,13)
Total de comissões nacionais	18.518.945,23	15.116.081,57

25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Trabalhos especializados / comissões	7.728.234,60	5.834.766,90
Publicidade e propaganda	163.452,00	368.525,03
Vigilância e segurança	1.208,04	13.211,42
Honorários	30.214,87	20.589,18
Serviços bancários	36.156,67	28.555,33
Conservação e reparação	586.168,31	449.472,07
Ferramentas e utensílios	102,30	27,49
Livros e documentação técnica	2.324,84	2.825,68
Material de escritório	24.116,40	29.998,60
Artigos para oferta	22.772,52	18.416,85
Electricidade	46.862,21	39.741,27
Combustíveis	82.395,82	83.124,19
Água	61.155,29	39.070,15
Deslocações e estadas	353.243,96	337.700,74
Rendas e alugueres (Nota 21)	943.140,97	1.104.050,70
Comunicação	332.276,94	356.758,20
Seguros	56.121,05	49.733,98
Contencioso e notariado	4.167,83	5.663,75
Despesas de representação	77.424,98	74.216,41
Limpeza higiene e conforto	37.765,13	35.996,26
Outros	47.049,53	50.033,63
	10.636.354,26	8.942.477,83

26 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Remunerações	4.856.386,17	4.444.649,79
Indemnizações	78.760,26	11.816,08
Encargos sobre remunerações	1.002.793,33	911.041,13
Seguros	204.264,27	110.513,59
Gastos com acção social	56.868,52	32.750,92
Outros gastos com pessoal	285.467,94	94.350,22
	<u>6.484.540,49</u>	<u>5.605.121,73</u>

Durante o exercício de 2014 a Empresa procedeu ao despedimento de um dos seus colaboradores que não aceitou receber a indemnização concedida, no entanto a Empresa estima que terá de pagar ao colaborador cerca de 26.900 Euros, pelo que o montante encontra-se especializado no exercício de 2014.

27 IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 foi o seguinte:

Rubricas	<u>01.Janeiro.2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	26.095,00	-	-	26.095,00
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	432.938,80	-	(127.935,30)	305.003,50
	<u>459.033,80</u>	<u>-</u>	<u>(127.935,30)</u>	<u>331.098,50</u>
Rubricas	<u>01.Janeiro.2013</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	26.230,58	-	(135,58)	26.095,00
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	451.442,94	2.861,14	(21.365,28)	432.938,80
	<u>477.673,52</u>	<u>2.861,14</u>	<u>(21.500,86)</u>	<u>459.033,80</u>

28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Rendimentos suplementares		
Honorários de gestão	150.518,62	174.468,00
Serviços prestados a empresas do grupo	316.565,73	316.561,36
Outros	113.436,79	93.604,70
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	18.000,00	500,00
Diferenças de câmbio	5.900,63	4.650,66
Benefícios de reforma (Nota 22)	35.527,00	175.901,00
Outros	76.326,09	276.280,72
	<u>716.274,86</u>	<u>1.041.966,44</u>

O valor de "Outros" inclui, em 31 de Dezembro de 2013, a regularização de acréscimos de gastos com a Associação Brokers Link, efetuados em exercícios anteriores que não foram exigíveis, no montante de 258.705,00 Euros.

29 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Impostos	345.026,60	296.158,87
Donativos	58.481,53	62.121,16
Quotizações	26.049,65	31.317,84
Diferenças cambiais	15.810,45	9.810,13
Outros	336.514,76	386.187,70
	<u>781.882,99</u>	<u>785.595,70</u>

A 31 de dezembro de 2014 o montante presente em outros é essencialmente relativo a regularizações efetuadas na rubrica de tomadores.

30 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Juros suportados	(272.926,68)	(280.309,31)
	<u>(272.926,68)</u>	<u>(280.309,31)</u>
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Juros obtidos	16.205,44	27.776,91
	<u>16.205,44</u>	<u>27.776,91</u>

31 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e em 2013 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Imposto corrente	262.178,65	410.294,90
Imposto diferido (Notas 9 e 15)	(27.720,61)	(99.819,57)
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	<u>(181.457,31)</u>	<u>9.951,08</u>
	<u>53.000,73</u>	<u>320.426,41</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Resultado antes de impostos	807.075,52	554.277,86
Regularizações de contas correntes	(125.074,00)	424.086,26
Amortizações não aceites fiscalmente - carteira clientes	161.897,00	161.926,38
Gastos relativos a pagamentos baseados em acções	(6.262,00)	163.961,32
Benefícios fiscais	(73.329,00)	(49.293,63)
Variações dos fundos de pensões	35.527,00	(175.901,00)
Outros	<u>(9.910,52)</u>	<u>(2.408,35)</u>
Matéria colectável	789.924,00	1.076.648,84
Taxa de imposto sobre o rendimento	<u>23,00%</u>	<u>25,00%</u>
	<u>181.682,52</u>	<u>269.162,21</u>
Colecta	181.682,52	269.162,21
Derrama	11.848,13	16.110,85
Tributação autónoma	<u>68.648,00</u>	<u>124.982,00</u>
	<u>262.178,65</u>	<u>410.255,06</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	(181.457,31)	9.990,92
Impostos diferidos	<u>(27.720,61)</u>	<u>(99.819,57)</u>
Total do imposto	<u>53.000,73</u>	<u>320.426,41</u>

32 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Accionistas	236.840,48	53.633,26	1.314.952,98	839.740,18
Outras partes relacionadas	484.721,17	884.658,26	2.026.494,10	1.571.113,33
	<u>721.561,65</u>	<u>938.291,52</u>	<u>3.341.447,08</u>	<u>2.410.853,51</u>
	Emprestimos obtidos			
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013		
Accionistas (Nota 19)	5.771.352,61	7.474.494,29		
Outras partes relacionadas	-	-		
	<u>5.771.352,61</u>	<u>7.474.494,29</u>		

Transações

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Outras partes relacionadas	340.878,52	233.702,37	5.806.072,81	4.127.355,53
	<u>340.878,52</u>	<u>233.702,37</u>	<u>5.806.072,81</u>	<u>4.127.355,53</u>
	Outros rendimentos		Juros suportados	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Accionistas	203.639,70	-	267.928,92	273.697,13
Outras partes relacionadas	400.839,42	479.770,85	-	-
	<u>604.479,12</u>	<u>479.770,85</u>	<u>267.928,92</u>	<u>273.697,13</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

O aumento das transações com as "Outras partes relacionadas" deve-se essencialmente à cedência de comissões a empresas retalhistas controladas pela Sonae Investimentos SGPS, no âmbito do crescimento da área de negócio associada ao "brand insurance".

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 tem a seguinte composição:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Remuneração fixa	477.631,15	212.817,20
Remuneração variável de curto prazo	169.205,93	81.719,50
Remuneração variável de longo prazo	65.041,79	163.961,32
	<u>711.878,87</u>	<u>458.498,02</u>

Em 2014 e 2013 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Empresa.

33 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4**

Empréstimos obtidos

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
MDS, SGPS, SA	7.230.352,61	916.000	2.375.000,00	5.771.352,61

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

- a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.2.12 - Rédito e Especialização dos exercícios.

- b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2014	2013
Numerário	17.298.699,82	15.120.999,42
TOTAL	17.298.699,82	15.120.999,42

Por tipo	Remunerações (€)	
	2014	2013
Comissões	17.298.699,82	15.120.999,42
TOTAL	17.298.699,82	15.120.999,42

Adicionalmente, encontra-se efetuada na Nota 24 a desagregação da natureza do rédito da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ISP	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2014	2013
		2014	2013	2014	2013		
1173	Ace Europ Group Limites	-	-	63.205,54	29.029,30	-	-
1001	Açoreana Seguros, SA	1.468,33	888,74	710.850,13	613.975,29	-	-
4378	AIG Espanha	-	-	1.178.150,15	781.203,39	-	-
1028	Allianz Portugal, SA	5.736,26	6.671,44	457.538,49	937.324,93	-	-
1157	Arag	-	-	578,89	919,20	-	-
1043	Assicurazioni Generali,SA	-	-	652.007,83	581.423,83	-	-
1129	Axa Portugal, SA	-	-	414.918,78	329.930,97	-	-
1159	Cesce, SA	-	-	55.644,95	76.325,58	-	-
1085	Chartis Europe, SA	-	-	6.182.323,72	4.398.834,74	-	-
4389	Coface Portugal	-	-	81.695,93	73.970,85	-	-
1086	Cosec, SA	-	-	207.338,52	225.271,70	-	-
1146	Crédito y Caucion, SA	-	-	38.868,19	21.654,34	-	-
1117	EuropAssistance, SA	-	-	192,57	4.177,67	-	-
1177	Europea, SA	-	-	7.253,46	8.170,05	-	-
4201	Ergo	-	-	(2,56)	-	-	-
1011	Fidelidade-Mundial, SA	39.704,70	48.577,36	4.470.838,01	4.589.327,05	-	-
1097	Groupama Seguros, SA	-	-	16.151,14	19.955,15	-	-
4583	HCC, S.L.	-	-	6.598,00	6.828,00	-	-
4109	HDI (Espanha)	-	-	-	584,56	-	-
4039	HDI-Gerling Industrie Ver. AG	-	-	2.959,75	2.307,92	-	-
1166	Hiscox - Sucursal	-	-	62.843,74	57.598,87	-	-
1056	Inter Partner Assistance	-	-	4.332,72	15.378,53	-	-
1010	Liberty, SA	4.665,75	4.531,52	171.943,89	150.010,90	-	-
4484	Liberty Mutual Insurance Europe Limited	-	-	831,25	-	-	-
1026	Lusitania, SA	-	-	264.787,33	254.607,20	-	-
1145	Mapfre, SA	-	-	128.592,91	153.047,03	-	-
1102	MAPFRE ASISTENCIA CÍA	-	-	19.789,95	-	-	-
4423	Markel, Ltd	-	-	-	120,00	-	-
1131	Medis, SA	-	-	113.110,95	102.261,42	-	-
1188	MetLife, Inc	12.363,95	9.867,42	17.191,62	13.936,99	-	-
1020	Mútua dos Pescadores, SA	-	-	325,83	357,48	-	-
4608	Mutuelle Générale de L'Education Nationale	-	-	22.392,14	25.613,63	-	-
4665	Nacional Suiza	-	-	5.004,13	1.410,88	-	-
1023	Ocidental, SA	-	-	86.767,71	104.004,21	-	-
1167	Popular Seguros, SA	-	-	335,22	-	-	-
4296	QBE Insurance	-	-	-	2.355,99	-	-
1133	Sagres, SA	-	-	2.354,73	25.169,60	-	-
4762	Shipowners	-	-	-	6.217,75	-	-
4561	Trade Credit Re Insurance Company	-	-	12.000,00	12.000,00	-	-
1037	Tranquilidade, SA	-	-	571.016,09	302.452,32	-	-
1142	Via Directa - Companhia de seguros, S.A.	-	-	11,92	-	-	-
1160	Victoria Seguros, SA	-	-	255.751,21	264.369,83	-	-
1147	XL Insurance Company Ltd	-	-	125.210,00	30.050,00	-	-
1184	Zurich, SA	-	-	275.138,58	301.298,60	-	-
3815	Optimize Invest Partners	(12,12)	-	-	-	-	12,12
1182	April Portugal, S.A.	8.451,32	8.489,06	-	-	-	-
1039	Axa Vida	15.915,67	32.700,93	-	-	-	-
1151	Eurovida	28.419,33	0,98	-	-	-	-
1021	Generali Vida	233.583,04	264.816,33	-	-	-	-
1098	Groupama Vida	14.354,53	15.083,33	-	-	-	-
1025	Lusitania Vida	760,25	27,87	-	-	-	-
1186	Mapfre Vida	1.591,78	783,09	-	-	-	-
1024	Ocidental Vida	744,54	633,82	-	-	-	-
1029	Real Vida	1.410,83	1.329,76	-	-	-	-
1165	T-Vida	18.461,49	9.617,16	-	-	-	-
1096	Victoria Vida	65.434,00	31.186,98	-	-	-	-
1132	Zurich Vida	2.526,67	7.982,69	-	-	-	-
	Outros sem código de mediação	-	-	156.276,09	154.335,17	-	-
	TOTAL	455.580,32	443.188,48	16.843.119,50	14.677.810,93	-	12,12

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ISP	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2014	2013
1085	Chartis Europe, SA	35,7%	29,1%
1011	Fidelidade-Mundial, SA	26,1%	30,7%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2014	2013
Início exercício	3.528.008,61	2.107.271,98
Final do exercício (Nota 4)	4.826.482,79	3.528.008,61
Volume movimento do exercício		
A débito	100.424.681,11	108.381.632,69
A crédito	99.126.206,93	106.960.896,06

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		428.043,93	826.170,32	
Empresas de seguros	2.169.328,02	1.599.243,37	4.032.784,59	3.756.976,09
Outros mediadores	81.818,09	109.521,49	5.052,16	49.021,59
TOTAL	2.251.146,11	2.136.808,79	4.864.007,07	3.805.997,68

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	2.169.328,02	1.599.243,37	4.032.784,59	3.756.976,09
Outras quantias	0,00	428.043,93	826.170	-
TOTAL	2.169.328,02	2.027.287,30	4.858.954,91	3.756.976,09

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2014	2013
Garantias (caução)	597.443,33	353.131,10

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ISP	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2014	2013	2014	2013
1085	Chartis Europe, SA	6.182.323,72	4.398.834,74	35,7%	29,1%
1011	Fidelidade-Mundial, SA	4.510.542,71	4.637.904,42	26,1%	30,7%
4378	AIG Espanha	1.178.150,15	781.203,39	6,8%	5,2%
1001	Açoreana Seguros, SA	712.318,46	943.996,37	4,1%	6,2%

As alíneas que se encontram ausentes desta nota não são aplicáveis à Empresa.

Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2014 os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SPGS, S.A. em 31 de Dezembro de 2014.

Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)

No exercício de 2013, a Empresa realizou investimentos susceptíveis de serem apoiados ao abrigo do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de acordo com o enquadramento previsto na Lei n.º 49/2014, de 16 de Julho. Neste sentido, foi apurado um montante de benefício fiscal de 146.000 Euros, aproximadamente, dedutível à colecta de IRC, até à concorrência de 70% da mesma e a ser utilizado pela MDS SGPS, empresa dominante do RETGS em que a Empresa está inserida. Por uma questão de prudência, a Empresa não registou este ativo por imposto diferido, que pode ser utilizado por 6 períodos, i.e., até 2018.

Durante o exercício de 2014 não foi utilizado qualquer benefício fiscal.

34 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

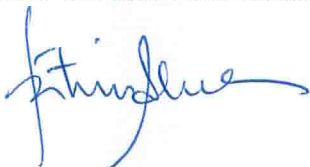
No início do exercício de 2015 a Empresa adquiriu 70% da ACCIVE INSURANCE CORRETOR DE SEGUROS, S.A..

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Julho de 2015, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Técnico oficial de Contas,

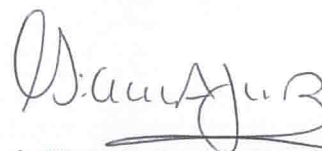
(Maria de Fátima dos Santos Alves)



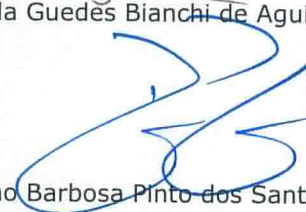
O Conselho de Administração



(José Manuel Dias da Fonseca)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



(Maria Paula Correia Rios)



(Jacqueline Irene Marie Rochet Legrand)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 26.302.979,12 Euros e um capital próprio de 9.644.748,09 Euros, incluindo um resultado líquido de 754.074,79 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MDS – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras da Empresa evidenciam em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 um valor relevante de Goodwill e ativos intangíveis cuja recuperabilidade está dependente do cumprimento do plano de negócios da Empresa conforme aprovado pelo Conselho de Administração e cujos principais pressupostos se encontram divulgados na Nota 7 do Anexo às demonstrações financeiras.

Página 2 de 2

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 31 de julho de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionistas da MDS – Corretor de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2014, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das Alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto referido no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de Julho de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo